



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG  
COORDENADORIA DE ENSINO – COE  
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**LAIS NOGUEIRA MAGNO**

**MAPEAMENTO DE PROCESSOS PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHOS  
CIENTÍFICOS EM PAPILOSCOPIA NA POLÍCIA CIVIL DE GOIÁS: Gestão da  
inovação e conformidade ética**

**GOIÂNIA – GO**

**2025**



LAIS NOGUEIRA MAGNO

**MAPEAMENTO DE PROCESSOS PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHOS  
CIENTÍFICOS EM PAPIOSCOPIA NA POLÍCIA CIVIL DE GOIÁS: Gestão da  
inovação e conformidade ética**

Artigo científico apresentado como exigência parcial para conclusão da disciplina Metodologia Científica do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública - CEGESP, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás - SSP e pela Universidade Estadual de Goiás - UEG, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Ma. Raquel Vaz Resende.

GOIÂNIA – GO

2025



**MAPEAMENTO DE PROCESSOS PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS EM PAPILOSCOPIA NA POLÍCIA CIVIL DE GOIÁS: Gestão da inovação e conformidade ética**

**PROCESS MAPPING FOR SCIENTIFIC WORK IN FINGERPRINT ANALYSIS AT THE CIVIL POLICE OF GOIÁS: Innovation Management and Ethical Compliance**

Lais Nogueira Magno<sup>1\*</sup>  
Raquel Vaz Resende<sup>2\*\*</sup>

**Resumo:** A produção científica na segurança pública é fundamental para o fortalecimento institucional e valorização das carreiras policiais. Contudo, a ausência de diretrizes claras dificulta a elaboração de trabalhos científicos em Papiloscopia na Polícia Civil do Estado de Goiás. Este artigo tem como objetivo mapear e padronizar os processos envolvidos na produção científica realizada pelos profissionais da Papiloscopia, propondo um fluxograma institucional orientador. A pesquisa adota abordagem qualitativa e quantitativa, fundamentada em levantamento documental, entrevistas com atores-chave e análise das práticas organizacionais existentes. Utilizou-se a matriz SWOT para identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, além dos princípios do Gerenciamento de Processos de Negócio (BPM) para estruturar e monitorar os processos internos. Como principal resultado, apresenta-se um modelo de fluxograma que organiza as etapas desde a definição do problema até a consolidação dos resultados científicos, respeitando as especificidades da atividade policial. Conclui-se que o mapeamento e a padronização dos processos contribuem para o estímulo à produção científica, promovem a inovação, fortalecem a gestão do conhecimento e valorizam a expertise dos profissionais em identificação na instituição.

**Palavras-chave:** produção científica; segurança pública; Papiloscopia; BPM; SWOT.

**Abstract:** Scientific production in public security is fundamental for institutional strengthening and the appreciation of police careers. However, the lack of clear guidelines makes it difficult to prepare scientific works in Papiloscopia within the Civil Police of the State of Goiás. This article aims to map and standardize the processes involved in scientific production carried out by Papiloscopia professionals, proposing an institutional guiding flowchart. The research adopts both qualitative and quantitative approaches, based on document analysis, interviews with key stakeholders, and an examination of existing organizational practices. The SWOT matrix was used to identify strengths, weaknesses, opportunities, and threats, in addition to applying the principles of Business Process Management (BPM) to structure and monitor internal processes.

---

<sup>1\*</sup> Física, Mestra e Doutora em Física, Papiloscopista Policial, coordenadora da Divisão de Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento da Superintendência de Identificação Humana da Polícia Civil do estado de Goiás.

<sup>2\*\*</sup> Biomédica, Mestra em genética, Papiloscopista Policial, chefe do Laboratório de Inovação em Identificação da Superintendência de Identificação Humana da Polícia Civil do estado de Goiás.



As the main result, a flowchart model is presented that organizes the stages from problem definition to the consolidation of scientific results, respecting the specificities of police activity. It is concluded that mapping and standardizing processes contribute to encouraging scientific production, promote innovation, strengthen knowledge management, and enhance the expertise of identification professionals within the institution.

**Keywords:** scientific production; public security; Papiloscopia; BPM; SWOT.

## 1. INTRODUÇÃO

A segurança pública estadual é essencial na manutenção da ordem e da justiça, sendo a Polícia Civil do Estado de Goiás (PCGO) a principal responsável por investigações criminais e elucidação de diversos casos. Nesse contexto, destaca-se a atuação dos papiloscopistas policiais, profissionais especializados na identificação humana por meio da análise das impressões digitais, metodologia científica largamente utilizada no Brasil e no mundo (Martins, *et al.*, 2024). Além das atividades operacionais, esses servidores vêm se dedicando também à produção de conhecimento científico, contribuindo para o avanço institucional e para o fortalecimento da prática investigativa.

Apesar do crescente interesse pela pesquisa científica entre os papiloscopistas da PCGO, muitos profissionais enfrentam dúvidas e incertezas quanto aos trâmites internos, como solicitação de autorização para execução do projeto à Delegacia-Geral da Polícia Civil (DGPC), e à necessidade de submissão de seus estudos a um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Essa situação gera insegurança e pode dificultar ou retardar a publicação de trabalhos relevantes, especialmente diante da ausência de orientações claras sobre os procedimentos institucionais exigidos para a realização e divulgação de pesquisas na área de Papiloscopia.

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo principal propor um fluxo institucional que esclareça e oriente os profissionais em Papiloscopia sobre os trâmites necessários para a realização e publicação de estudos científicos no âmbito da PCGO. A proposta visa solucionar as dúvidas recorrentes sobre os procedimentos internos e a obrigatoriedade de submissão a CEPs, promovendo maior segurança jurídica e ética aos pesquisadores.

A relevância do tema reside na necessidade de fortalecer a produção científica institucional, ampliar o reconhecimento dos estudos desenvolvidos pelos servidores papiloscopistas da PCGO e garantir a conformidade com as exigências legais e éticas. Ao sistematizar o processo, busca-se fomentar a inovação, aprimorar a gestão do conhecimento e



consolidar a PCGO como referência nacional em pesquisa aplicada à identificação humana e à segurança pública.

Para atingir esses objetivos, foi adotada uma metodologia que combina abordagens quantitativas, qualitativas e exploratórias, fundamentada em levantamento bibliográfico e documental. O estudo contempla a análise das normas institucionais, legislações pertinentes e práticas já consolidadas em outras instituições.

O artigo inicia com uma revisão da literatura sobre segurança pública, Papiloscopia e gestão de processos, seguida pela metodologia de pesquisa. A metodologia adotada, que combina abordagens quantitativas, qualitativas e exploratórias, baseia-se em levantamento bibliográfico e documental. Os resultados são apresentados e discutidos à luz do referencial teórico, utilizando análise SWOT e BPM, culminando com a proposta de um fluxograma para a realização de trabalhos científicos na PCGO. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais conclusões e destacam a importância do fluxograma proposto.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

A segurança pública é um conjunto complexo e dinâmico de ações e políticas governamentais e sociais, cujo objetivo primordial é a preservação da ordem pública, a proteção da integridade física e patrimonial dos cidadãos, e a promoção do bem-estar coletivo (Brasil, 1988). No cenário contemporâneo, marcado por uma criminalidade cada vez mais sofisticada e tecnologicamente avançada, torna-se fundamental o aprimoramento contínuo dos métodos de investigação e prevenção, impulsionando maior integração entre a prática policial e a produção científica (Espuny, 2016).

Nesse contexto, a PCGO desempenha um papel essencial na investigação criminal, com destaque para a atuação dos papiloscopistas policiais, profissionais responsáveis pela coleta, registro, análise comparativa e consequente identificação humana por meio de impressões digitais, palmares e plantares (Firmino; Azevedo, 2022). Suas atividades vão desde a perícia em locais de crime, buscando por impressões latentes (não visíveis), identificação de cadáveres, confecção de retrato falado, até a identificação civil e criminal utilizando sistemas automatizados como o *Automated Fingerprint Identification System* (AFIS). Além das atividades operacionais, muitos papiloscopistas da PCGO dedicam-se à pesquisa científica, buscando inovar e aprimorar



continuamente os métodos aplicados, fortalecendo o papel estratégico desses servidores na segurança pública (Goiás, 2004).

No que concerne à produção de conhecimento na área da Papiloscopia, vale destacar que a PCGO possui uma quantidade significativa de estudos de caso, frequentemente divulgados nas redes sociais da Superintendência de Identificação Humana (SIH). Esses conteúdos contam com o apoio da Divisão de Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento (DITEC), responsável pelo Laboratório de Inovação em Identificação Humana (LABIIH), ambos fomentadores da ciência dentro da instituição. No entanto, apesar do valor informativo e técnico dessas produções, a ausência de publicações formais em periódicos acadêmicos limita seu alcance e reconhecimento no meio científico nacional e internacional.

A qualidade e atualização dos métodos forenses são determinantes para a credibilidade das investigações criminais. A Papiloscopia Forense beneficia-se historicamente da colaboração entre instituições acadêmicas e órgãos de segurança pública (Jain; Ross, 2015; Needham, *et al.*, 2022), sendo a interação entre teoria científica e prática operacional fundamental para manter a área alinhada aos avanços contemporâneos.

Diversos entraves institucionais dificultam a produção científica na PCGO, incluindo o desconhecimento de trâmites burocráticos para aprovação de projetos, a falta de infraestrutura laboratorial dedicada à pesquisa, a priorização das demandas operacionais sobre atividades de pesquisa, a carga de trabalho que limita o tempo disponível para pesquisa e redação científica, e a natureza sensível das informações manejadas em investigações criminais.

É importante ressaltar que na PCGO a produção e a publicação de trabalhos científicos ou acadêmicos por seus servidores estão sujeitas ao regime de acesso à informação pública estabelecido pela Lei nº 18.025/2013 (Goiás, 2013), que regulamenta a Lei de Acesso à Informação (LAI) federal, impõe aos órgãos a designação de uma autoridade responsável por monitorar o cumprimento de suas normas e orientar as unidades internas (Goiás, 2013). Em atendimento a essa exigência, a Delegacia-Geral da PCGO designou o(a) titular da Gerência Técnico-Policial (GTP) para exercer a função de Autoridade de Monitoramento na instituição, responsável por assegurar que publicações não contenham informações legalmente restritas. Este mecanismo institucional visa, portanto, harmonizar a legítima busca pela disseminação do conhecimento e pela contribuição acadêmica com as obrigações legais de proteção à informação



sensível e à privacidade, garantindo a conformidade da produção intelectual com o marco regulatório da transparência e do sigilo.

Os aspectos éticos também demandam atenção rigorosa, especialmente em pesquisas que envolvem dados de identificação humana, vestígios biológicos ou informações sensíveis. A obtenção de aprovação por Comitês de Ética em Pesquisa, quando aplicável, e o cumprimento de normas como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) são fundamentais para garantir a proteção da privacidade e a integridade dos dados (Muccioli, 2004; Brasil, 2018).

Ademais, a realização de pesquisas dentro da instituição enfrenta obstáculos, sobretudo pela ausência de um fluxo institucional claro para os policiais da ponta. Essa situação gera insegurança e pode dificultar ou retardar a publicação de trabalhos relevantes. Apesar do crescente interesse pela pesquisa científica entre os profissionais em Papiloscopia da PCGO, muitos policiais enfrentam dúvidas e incertezas quanto à necessidade de submissão de seus estudos a um CEP, colegiado interdisciplinar que avalia projetos de pesquisa envolvendo seres humanos conforme a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012). A Plataforma Brasil funciona como a interface digital que operacionaliza todo o sistema de avaliação ética no país, conectando pesquisadores, CEPs e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Através desta plataforma online, os projetos são submetidos, distribuídos aos comitês apropriados, avaliados e monitorados em um fluxo contínuo e transparente, permitindo que o sistema CEP/CONEP cumpra seu papel de proteção ética com maior eficiência e rastreabilidade (Batista *et al.*, 2012; Barbosa; Boery; Ferrari, 2012).

Para superar esses desafios, a estruturação de um fluxograma claro é essencial para guiar os profissionais em todas as etapas do processo de elaboração e publicação científica. Esta ferramenta poderá proporcionar clareza nos procedimentos necessários para cada etapa, conformidade ética e legal, padronização e qualidade metodológica, além de incentivar a cultura de pesquisa institucional. Para mapear processos desse tipo, recomenda-se a utilização de metodologias de gestão de processos, como o Gerenciamento de Processos de Negócio (*Business Process Management* - BPM), que permite a identificação, mapeamento, análise, melhoria e monitoramento contínuo de processos organizacionais (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2024). A experiência de outras forças policiais, como a Polícia Militar do Paraná, demonstra que a gestão por processos pode contribuir significativamente para a eficiência



organizacional (Perovano, 2023). Estudos acadêmicos também ressaltam a relevância do BPM na estruturação de processos voltados para a pesquisa científica (Bueno *et al.*, 2023).

A valorização e o fomento da pesquisa científica na PCGO podem trazer múltiplos benefícios, como o desenvolvimento de novas tecnologias e metodologias forenses, a melhoria contínua da qualidade e confiabilidade dos serviços periciais, potencial economia financeira pela otimização de processos, aumento da confiança da população na instituição policial, e formação continuada e capacitação técnica dos profissionais.

## **2.1. Gerenciamento de Processos de Negócio (BPM) e Análise SWOT na Segurança Pública**

O BPM e a análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) são ferramentas estratégicas que, aplicadas à segurança pública, possuem um potencial transformador para a melhoria da eficiência operacional, a otimização do uso de recursos e o aumento da qualidade dos serviços (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2024; Nunes *et al.*, 2025). O BPM, em sua essência, busca identificar, modelar, analisar, melhorar, executar e monitorar processos de ponta a ponta em uma organização, visando alinhá-los aos objetivos estratégicos. A análise SWOT, por sua vez, é uma ferramenta de diagnóstico que auxilia na identificação dos fatores internos (Forças e Fraquezas) e externos (Oportunidades e Ameaças) que afetam ou podem afetar o desempenho da organização (Nunes *et al.*, 2025).

No contexto da PCGO, o BPM pode otimizar processos desde a gestão da cena de crime até fluxos de comunicação. Ao mapear esses processos, é possível identificar redundâncias, gargalos, pontos de falha e oportunidades de automação ou simplificação. A análise SWOT, pode identificar forças (como corpo técnico qualificado), fraquezas (processos burocráticos lentos), oportunidades (como parcerias com universidades) e ameaças (desafios legais à validade de métodos forenses).

Kregel *et al.* (2022) e Niehaves *et al.* (2013) destacam a importância do BPM na gestão pública, enquanto Akman (2019) ilustra como a análise SWOT pode ser utilizada para formular planos de ação na segurança pública. A aplicação integrada dessas ferramentas na PCGO apresenta potencial para melhorar continuamente a qualidade dos serviços e fortalecer a segurança pública em Goiás. A integração sistemática entre experiências práticas dos



papiloscopistas e análises científicas pode gerar *insights* valiosos para o aprimoramento dos processos investigativos. Esta sinergia entre prática e teoria é fundamental para que as ciências forenses acompanhem as transformações sociais, tecnológicas e nos padrões criminais, mantendo-se eficazes na proteção dos cidadãos e na busca pela justiça (Dos Santos, 2019). A estruturação de fluxos institucionais claros para a pesquisa científica na PCGO, particularmente na área de Papiloscopia, representa um passo crucial para o desenvolvimento contínuo da instituição e sua contribuição para o avanço das ciências forenses no Brasil.

### 3. METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem metodológica quantitativa, qualitativa, e exploratória, com o objetivo de mapear os processos para a realização de trabalhos científicos em Papiloscopia na PCGO. A pesquisa baseou-se em levantamento bibliográfico e documental, complementado pela aplicação de um questionário eletrônico (*Google Forms*) a papiloscopistas policiais e datiloscopistas da instituição. Conforme preconizam Gil (2010) e Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa quantitativa foi fundamental ao fornecer dados mensuráveis e objetivos; a pesquisa qualitativa permitiu uma interpretação crítica da realidade estudada, favorecendo a análise de dados, discursos, práticas institucionais e construções simbólicas relacionadas à segurança e gestão pública. A perspectiva exploratória buscou proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e delineando hipóteses futuras.

Para a aplicação do questionário no *Google Forms* (Anexo I), destinado exclusivamente a papiloscopistas policiais e datiloscopistas da Superintendência de Identificação Humana, foram estabelecidos critérios de inclusão para garantir a participação apenas dos profissionais da área. Os participantes foram filtrados por perguntas que verificavam seu cargo na PCGO, minimizando vieses externos (Patino; Ferreira, 2018). Essa abordagem metodológica otimizou a relevância e aplicabilidade das conclusões do estudo. Os resultados foram analisados com base na abordagem de gerenciamento BPM e matriz SWOT.

A pesquisa caracteriza-se como aplicada, buscando gerar conhecimentos para a solução de problemas específicos relacionados à produção científica na PCGO. Adicionalmente, emprega o método descritivo para caracterizar o cenário atual da pesquisa científica na instituição (Gil, 2010).



A coleta de dados foi organizada em três etapas complementares. Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico abrangendo literatura científica e documentos oficiais sobre papiloscopia, gestão de processos e análise SWOT. A busca foi realizada em bases de dados reconhecidas internacionalmente, como *Web of Science*, *Scopus*, *PubMed*, *ScienceDirect* e *Google Scholar*; além de repositórios acadêmicos nacionais e internacionais. Em paralelo, foi feito um levantamento documental, analisando normas e dados da PCGO, além de informações de portais governamentais. Por fim, aplicou-se um questionário eletrônico via *Google Forms* a papiloscopistas, investigando perfil profissional, experiência em pesquisa, desafios enfrentados e sugestões para a elaboração de um fluxograma institucional.

### **3.1. Análise de Dados**

Os dados coletados foram analisados por meio de análise de conteúdo, a fim de identificar padrões, temas recorrentes e informações relevantes nas respostas ao questionário. Além disso, a análise SWOT foi utilizada na análise dos dados relacionados à produção científica na PCGO. Concomitantemente, o BPM foi utilizado para compreender os processos relacionados à publicação de trabalhos científicos na PCGO e auxiliar na estruturação de um fluxograma.

### **3.2. Procedimentos Éticos**

A pesquisa foi conduzida seguindo princípios éticos: garantiu-se o anonimato dos participantes, assegurando que as respostas fossem utilizadas apenas para fins científicos. Todos os envolvidos consentiram livre e esclarecidamente após serem informados sobre os objetivos, métodos e benefícios do estudo. A realização do trabalho foi autorizada pela Delegacia-Geral da Polícia Civil do Estado de Goiás, conforme Despacho Decisório nº 450/2025/DGPC/GAG/DPA, processo SEI nº 202500007033810. Além disso, foram adotadas medidas em conformidade com a LGPD.. Esses cuidados metodológicos garantiram o rigor científico e a validade dos resultados, contribuindo para o avanço do conhecimento e para a proposição de um modelo de gestão de processos eficiente e transparente.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**



Esta seção apresenta os resultados detalhados da pesquisa, articulando-os de forma mais aprofundada com o referencial teórico e promovendo uma análise crítica das implicações para a produção científica em Papiloscopia na PCGO.

#### **4.1. Análise geral dos dados da pesquisa**

A pesquisa envolveu a participação de 36 respondentes, refletindo a composição das carreiras que compõem a Papiloscopia em Goiás, com 19,4% de datiloscopistas e 80,6% de papiloscopistas policiais.

O questionário teve como propósito central mapear as percepções e identificar as barreiras institucionais e individuais que impactam a produção científica na PCGO, além de coletar sugestões dos profissionais para a criação de um fluxograma institucional claro, que detalhasse os passos e aprovações formais necessários para a submissão e publicação de trabalhos científicos pelos servidores. A partir da análise qualitativa e quantitativa dos resultados, foram desenvolvidos instrumentos estratégicos e operacionais, como o diagnóstico SWOT, que identificou de forma estruturada os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças do ambiente da PCGO em relação à produção científica. Também foi elaborada uma visão de gerenciamento de processos BPM, que modelou as etapas sequenciais, os responsáveis e os pontos de decisão envolvidos no processo de transformação de uma ideia de pesquisa em publicação formal. Por fim, foi proposta a construção de um fluxograma detalhado, ilustrando os caminhos e decisões necessários para que datiloscopistas ou papiloscopistas possam navegar pelo processo institucional de publicação científica.

É importante ressaltar que no caso das pesquisas em Papiloscopia, os estudos podem envolver apenas dados institucionais ou, adicionalmente, a participação de seres humanos. Para o primeiro tipo, exige-se autorização para a execução do projeto da DGPC, com parecer da GTP, responsável pelo monitoramento de informações. Já no segundo caso, para pesquisas que envolvem seres humanos, além da autorização da DGPC, é imprescindível obter Parecer Consubstanciado de Aprovação emitido por um CEP. Esta distinção é fundamental para garantir a conformidade ética e legal das pesquisas, especialmente considerando que a Papiloscopia lida com dados sensíveis de identificação humana.



## 4.2. Análise SWOT

Com base nos resultados da pesquisa e nas sugestões dos participantes, foi realizada uma análise SWOT para identificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas à produção científica na PCGO. A análise SWOT revelou que a instituição possui um corpo técnico qualificado e um potencial para a produção científica, mas enfrenta dificuldades como a falta de tempo, a falta de conhecimento sobre o processo de publicação e a incerteza sobre a necessidade de aprovação ética. Os dados coletados foram analisados e categorizados, conforme ilustrado na figura 1.

Os resultados dessa análise estratégica destacam, de forma proeminente, a importância crítica da autorização institucional formal como um pré-requisito fundamental para a condução de qualquer pesquisa que envolva dados, recursos ou a imagem da PCGO. Paralelamente, a análise revelou uma necessidade latente de maior clareza e transparência em relação aos critérios específicos e aos procedimentos formais para a aprovação ética dos trabalhos de pesquisa, especialmente aqueles que podem envolver informações sensíveis ou dados de casos reais.

A produção científica no contexto da segurança pública, e mais especificamente na Papioscopia, enfrenta desafios multifacetados e significativos. Um dos obstáculos mais notáveis reside na complexa adaptação dos conhecimentos práticos e operacionais, adquiridos em anos de experiência de campo e investigação, para a linguagem e os formatos rigorosos exigidos pelo ambiente acadêmico e pelas publicações científicas revisadas por pares. Muitos profissionais, detentores de vasta experiência e conhecimento tácito na resolução de crimes e na aplicação de técnicas forenses, frequentemente encontram dificuldades consideráveis para traduzir suas vivências, observações e inovações práticas em estudos estruturados que atendam aos critérios metodológicos, de formatação e de referência exigidos pelas revistas científicas e anais de eventos. Essa lacuna é frequentemente agravada pela existência de procedimentos internos que podem ser percebidos como burocráticos ou complexos, e por uma cultura organizacional que, embora eficaz na resposta operacional imediata, tende a priorizar a ação e a resolução de casos em detrimento da sistematização, reflexão e documentação formal do conhecimento gerado na prática diária (Lopes Júnior, *et al.*, 2011; Treiber, 2022). A análise SWOT, ao identificar esses pontos fracos e ameaças, reforça a necessidade de abordagens proativas para mitigar esses desafios.



SWOT	POSITIVO	NEGATIVO
INTERNO	<ul style="list-style-type: none"><li>• 75% dos respondentes já publicaram artigo científico (há experiência consolidada).</li><li>• 69,4% consideraram necessário pedir autorização à GTP; 72,2% desses realmente submeteram (indicativo de consciência institucional).</li><li>• 36,1% já apresentaram pôster (experiência em eventos científicos).</li><li>• Parte dos respondentes entende a importância de avaliação ética, mesmo sem saber exatamente quando é obrigatória.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• 66,7% apontaram “falta de tempo” como principal barreira para pesquisar.</li><li>• 45,8% relataram “falta de compreensão do fluxo institucional para publicação”.</li><li>• 25% citaram “falta de conhecimento sobre normas acadêmicas”.</li><li>• 25% afirmaram ter dificuldades em obter aprovação institucional.</li><li>• Comentários apontam “falta de apoio”, “falta de reconhecimento”, “não influencia na carreira” e “sensação de despreparo acadêmico”.</li></ul>
EXTERNO	<ul style="list-style-type: none"><li>• Proposta de padronizar o fluxo com um guia ou fluxograma: alta aceitação.</li><li>• Sugerida a criação de um POP com instruções básicas para redação científica.</li><li>• Propostas de capacitações: cursos internos, inclusão de disciplinas em cursos de promoção e orientação de iniciantes por mentores experientes.</li><li>• Parcerias com universidades públicas podem facilitar orientação e recursos.</li><li>• Uso de recursos externos (CNPq, FAPEG, editais) para apoio financeiro e institucional.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Rotinas operacionais e sobrecarga de trabalho dificultam dedicação à pesquisa.</li><li>• Sigilo e sensibilidade de dados dificultam publicação (citado por 8,3%).</li><li>• Ausência de incentivos formais desestimula a produção (não influencia em promoções ou pontuação).</li><li>• Resistência cultural: pesquisa ainda é vista por alguns como fora do escopo policial.</li></ul>

Figura 1: Representação gráfica da Análise SWOT aplicada à Polícia Civil do Estado de Goiás (PCGO). Elaborado com base nos dados coletados por meio de pesquisa realizada via *Google Forms* com 36 respondentes (n=36). A análise identifica as principais Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças percebidas pelos servidores da instituição.

Ademais, a falta de conhecimento difundido sobre a obrigatoriedade e os trâmites para a aprovação ética pode representar uma ameaça significativa, potencialmente comprometendo a integridade metodológica e a validade dos resultados das pesquisas realizadas. A análise sublinha que a apresentação formal do tema de pesquisa para aprovação na SIH e o subsequente encaminhamento para a DGPC e para um CEP são etapas não apenas recomendadas, mas essenciais para assegurar a relevância institucional e a conformidade ética dos trabalhos propostos.

### 4.3. Gerenciamento de Processos (Metodologia BPM)

Com o objetivo de estruturar um fluxo de trabalho claro e eficiente que possa orientar os policiais civis (tanto datiloscopistas quanto papiloscopistas policiais) interessados em publicar trabalhos científicos, torna-se imprescindível a aplicação de uma metodologia de gerenciamento



de processos. Neste contexto, a aplicação do BPM visa trazer clareza e padronização a um processo que, atualmente, pode ser percebido como ambíguo ou excessivamente dependente de conhecimento informal.

A modelagem BPM, no processo de publicação de trabalhos científicos, em nível macro, envolve:

1. Início: Identificação da ideia de pesquisa

O processo começa quando o policial percebe algum problema operacional, lacuna técnica ou assunto de interesse acadêmico dentro da rotina da PCGO. Nesse momento, ele define um tema geral e a motivação para aquele estudo. Essa fase é individual, mas deve estar sustentada em uma necessidade concreta do trabalho de identificação humana.

2. Levantamento bibliográfico e fundamentação teórica

Após escolher o tema, o pesquisador realiza uma revisão bibliográfica: busca artigos, teses, livros e demais documentos que tratem do assunto. O objetivo é entender o que já foi publicado, quais metodologias foram aplicadas e quais resultados obtidos por outras instituições ou profissionais.

3. Elaboração do projeto de pesquisa

Com a fundamentação pronta, o próximo passo é estruturar o projeto propriamente dito. Isso inclui a definição clara dos objetivos, descrição completa da metodologia, cronograma preliminar e orçamento (caso se aplique).

4. O projeto de pesquisa deve estar redigido conforme modelos acadêmicos padrão. O resultado dessa etapa é um documento completo, passível de ser avaliado pela chefia imediata.

5. Submissão à Superintendência de Identificação Humana, por meio da análise de uma comissão técnica composta por especialistas, mestres e doutores subordinada à DITEC.

O pesquisador encaminha o projeto de pesquisa à DITEC. Nesse momento, a comissão irá analisar a viabilidade operacional do estudo e verificar se o servidor terá disponibilidade de tempo para realizar a pesquisa sem prejudicar suas tarefas ordinárias, checar, junto à chefia imediata, se há recursos mínimos para viabilizar o levantamento de dados e avaliar se o tema está alinhado às prioridades institucionais.

6. Existirão três possíveis desfechos nesta etapa:



- Aprovação: a DITEC/SIH concorda com o projeto e libera o servidor para seguir adiante.
- Pendências/ajustes: a DITEC/SIH identifica pontos que precisam ser melhor detalhados e devolve o projeto ao pesquisador para correções.
- Reprovação: a DITEC/SIH considera que o tema não é prioritário ou há incompatibilidade com demandas operacionais, suspendendo a pesquisa. Nesse caso, o servidor pode reformular a proposta ou arquivá-la.

#### 7. Submissão à DGPC, solicitando manifestação da GTP.

Com o projeto aprovado pela DITEC/SIH, é hora de submeter oficialmente à DGPC da PCGO. Esta instância deve garantir que a pesquisa esteja em conformidade com os objetivos estratégicos da instituição, checar eventuais necessidades de recursos para viabilizar a coleta de dados, formalizar a liberação, por meio de despacho decisório, para que o servidor desenvolva o estudo sob a chancela da DGPC.

As respostas possíveis nessa fase são:

- Aprovado: a GTP e DGPC emitem um documento formal manifestando favorável à pesquisa e possível participação em eventos, e a DGPC responde definitivamente por meio de um despacho decisório.
- Pendências: a GTP e DGPC solicitam ajustes. O pesquisador retorna ao ponto do projeto para corrigir esses itens.
- Rejeitado: a GTP e DGPC decidem que não há condições institucionais de apoiar o estudo naquele momento, encerrando o processo ou redirecionando para revisão da proposta.

#### 8. Verificação de necessidade de submissão a um CEP

A partir da aprovação da DGPC, é preciso analisar se o trabalho envolve questões éticas que exigem Parecer Consubstanciado de Aprovação de um Comitê de Ética em Pesquisa. Geralmente, isso ocorre quando há coleta de dados de seres humanos (entrevistas, questionários, análise de prontuários) ou uso de amostras biológicas, imagens sensíveis ou material que identifique pessoas.

Se não for necessário submeter a um CEP (por exemplo, quando se trata de revisão bibliográfica ou de comparação de técnicas sem envolvimento de dados pessoais), o processo salta direto para a fase de execução. Se for necessário, o pesquisador deve preparar um



documento específico para o CEP, contendo: justificativa ética, forma de obtenção de consentimento (como o TCLE, se aplicável), descrição detalhada dos procedimentos que envolvem seres humanos e salvaguardas de privacidade.

#### 9. Submissão ao CEP (quando aplicável)

Nesta fase, o pesquisador deve realizar o cadastro da pesquisa na Plataforma Brasil. Ele preenche o formulário de submissão a um CEP, anexa o projeto de pesquisa (já aprovado pela DGPC), declara quais documentos de apoio têm e aguarda o parecer. As possibilidades de retorno são:

- **Aprovado:** o CEP julga que todos os aspectos éticos foram contemplados. O projeto recebe um número de protocolo e segue adiante.
- **Pendências:** o CEP solicita ajustes. O pesquisador deve atender às exigências e reenviar.
- **Rejeitado:** questões éticas não podem ser mitigadas (o pesquisador deve decidir se reedita o projeto ou arquiva a proposta).

#### 10. Execução da pesquisa

Depois de todas as aprovações institucionais, o pesquisador inicia a execução prática do estudo. Isso engloba a coleta de amostras periciais, entrevistas ou aplicação de questionários, se previstos, registro de cada passo, garantindo que dados sensíveis fiquem restritos ao escopo do projeto e, caso haja equipe de colaboradores ou coautores, é o momento de definir quem será responsável por cada atividade.

#### 11. Análise de resultados e redação do manuscrito

Com os dados coletados, o pesquisador e seus colaboradores passam para a fase de tratamento dos dados e, em seguida, preparam o manuscrito seguindo a estrutura típica: introdução, metodologia, resultados, discussão, conclusão e referências. É importante observar as normas de formatação (padrão ABNT ou exigências específicas de periódicos), realizar revisão dos textos por colegas ou mentores experientes para garantir coesão, clareza e correção gramatical e incluir tabelas, gráficos ou imagens, respeitando orientações de sigilo.

#### 12. Submissão à SIH (Registro Finalizado)

Antes de enviar o manuscrito para publicação externa, o policial submete uma cópia finalizada para registro interno na SIH. Esse registro servirá para documentar oficialmente que o



trabalho foi concluído, arquivar o manuscrito para auditorias futuras ou prestação de contas e também para subsidiar relatórios de produção científica da DITEC..

### 13. Envio para Revista ou Evento Científico

O pesquisador deverá avaliar se submeterá o trabalho a uma revista científica (nacional ou internacional), avaliando fator de impacto, escopo e prazos de publicação ou congresso ou simpósio, podendo ser apresentação de pôster ou comunicação oral. Pode também realizar ambos os envios.

As possíveis consequências dessa submissão são:

- Aceitação: o artigo é publicado ou apresentado conforme planejamento.
- Rejeição com possibilidade de revisão: o pesquisador faz ajustes indicados pelos pareceristas e reenvia.
- Rejeição sem possibilidade de revisão: avaliar nova submissão em outro periódico ou encerrar o processo.

### 14. Encerramento do processo e divulgação interna

Finalmente, quando o trabalho é aceito e publicado (ou apresentado em evento), o pesquisador deverá comunicar oficialmente a DPGP (e conseqüentemente a GTP) e a DITEC/SIH, anexando comprovante de publicação (PDF da revista, certificado de apresentação de pôster, etc.).

É importante nessa etapa realizar uma divulgação interna para que outros servidores da PCGO saibam do resultado. Pode-se realizar uma apresentação interna ou um encontro informal com chefia e colegas para discutir pontos fortes e desafios enfrentados, visando ajustes no fluxo para as próximas pesquisas.

Essa estrutura proporciona uma representação gráfica do fluxograma, que está presente no Anexo II. Além disso, no Anexo III há recomendações para implementação de BPM e do Fluxograma no contexto da PCGO.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise SWOT revelou um cenário de contrastes na PCGO: embora existam bases sólidas como experiência e conhecimento institucional, as principais fragilidades concentram-se na escassez de tempo, desconhecimento dos trâmites e insuficiência de suporte institucional. A



implementação de um modelo BPM com fluxograma padronizado oferecerá aos policiais da área de Papiloscopia um caminho metodológico definido, minimizando incertezas e reduzindo significativamente o tempo de aprovação de pesquisas.

O fluxograma proposto orienta detalhadamente os profissionais interessados desde a concepção da ideia até a publicação final, contemplando todas as etapas intermediárias como aprovações por chefias, validação pela GTP/DGPC e submissão a CEPs. A pesquisa evidenciou que, apesar do corpo técnico qualificado e do potencial para produção científica, persistem obstáculos estruturais que comprometem o desenvolvimento acadêmico na instituição.

A implementação deste modelo, aliada a um POP acessível e oficinas de capacitação, tende a diminuir drasticamente as barreiras identificadas na pesquisa. Mais que um fluxo normatizado, a valorização da pesquisa na PCGO demanda uma cultura de incentivo e espaço institucionalizado para a produção científica, elementos essenciais para transformar o conhecimento prático em contribuições acadêmicas relevantes.

A proposta apresentada representa uma contribuição original para a área da segurança pública, potencializando não apenas a produção científica, mas também o fortalecimento da cultura de inovação institucional. O fluxograma desenvolvido, ao contemplar desde aspectos éticos até procedimentos de divulgação, estabelece um marco importante para a transformação da cultura organizacional da PCGO, promovendo a integração entre prática policial e inovação científica.

## REFERÊNCIAS

AKMAN, M. K. SWOT Analysis and Security Management. *European Journal of Management and Marketing Studies*, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 78–85, 2019. Disponível em: <https://oapub.org/soc/index.php/EJMMS/article/view/624>. Acesso em: 2 maio 2025.

BARBOSA, A. S.; BOERY, R. N. S. O.; FERRARI, M. R. Importância atribuída ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). *Revista Bioética*, v. 20, n. 2, p. 256-266, 2012.

BATISTA, K. T.; SEIDL, E. M. F.; PARAIZO, M. M.; AYRES, L. A.; *et. al.* Percepção dos pesquisadores sobre o funcionamento do Comitê de Ética em Pesquisa e a Plataforma Brasil. *Revista Brasileira de Cirurgia Plástica*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 190-195, 2012.

BUENO, R. V.; MACULAN, B. C. M. S.; AGANETTE, E. C. Revisão sistemática: mapeamento de processos e BPM em organizações. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, v. 13, 2023. Disponível em:



<https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/41124>. Acesso em: 20 de mar. de 2025.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. *Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jun. 2013.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. *Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)*.

DOS SANTOS, F. C. C. A incorporação da metodologia da análise criminal na Polícia Militar do Paraná: perspectivas e apreciação crítica. 2019. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019

ESPUNY, H. G. A metodologia de pesquisa científica como ferramenta de produção de conhecimento na Polícia Civil. *Jusbrasil*, [S.l.], 14 ago. 2020. Disponível em: [jus.com.br](https://jus.com.br). Acesso em: 30 mar. 2025.

FIRMINO, I. C.; DE AZEVEDO, A. P. A papiloscopia como método de identificação criminal: uma ferramenta essencial para a segurança pública. *Revista Interfaces*, n. 9, p. 22–42, set. 2022. Disponível em: [uniesp.edu.br](https://uniesp.edu.br). Acesso em: 2 maio 2025.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOIÁS. Lei Ordinária nº 14657, de 29 de janeiro de 2004. *Dispõe sobre cargos dos quadros de pessoal da Diretoria-Geral da Polícia Civil e da Superintendência de Polícia Técnico-Científica da Secretaria da Segurança Pública e Justiça*. Diário Oficial do Estado de Goiás. Disponível em: [legisla.casacivil.go.gov.br](https://legisla.casacivil.go.gov.br). Acesso em: 30 mar. 2025.

GOIÁS. Lei I nº 18.025, de 22 de maio de 2013. *Dispõe sobre o acesso a informações e a aplicação da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Estado de Goiás, institui o serviço de informação ao cidadão e dá outras providências*. Disponível em: [legisla.casacivil.go.gov.br](https://legisla.casacivil.go.gov.br). Acesso em: 30 abr. 2025.

JAIN, A. K.; ROSS, A. Bridging the gap: from biometrics to forensics. *Philos Trans R Soc Lond B Biol Sci*. 2015 Aug ;370(1674):20140254. doi: 10.1098/rstb.2014.0254

KREGEL, I.; DISTEL, B.; CONERS, A. Business Process Management Culture in Public Administration and Its Determinants. *Business & Information Systems Engineering*, Wiesbaden, v. 64, n. 2, p. 201–221, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12599-021-00713-z>. Acesso em: 10 maio 2025.



LOPES JÚNIOR, E. P.; PAIVA, T. A.; MUZZIO, H.; COSTA, F. J. Rigidez e subjetividades: uma análise cultural em uma organização policial. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, p. 1821-1845, nov./dez. 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, N.; SILVA, J. S.; BERNARDINO, A.. Fingerprint Recognition in Forensic Scenarios. *Sensors* 2024, 24(2), 664; <https://doi.org/10.3390/s24020664>

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS (BRASIL). *Guia Prático de Gestão de Processos*. Brasília: MGI, 2024. Disponível em: [www.gov.br/sos/GuiaPrcticodeGestodeProcessosv1maiode2024.pdf](http://www.gov.br/sos/GuiaPrcticodeGestodeProcessosv1maiode2024.pdf). Acesso em: 30 mar abr. 2025.

MUCCIOLI, C.. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e as publicações científicas. *Arquivos Brasileiros de Oftalmologia*, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 195–196, abr. 2004. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 28 mar. 2025.

NEEDHAM, M.; FIELDHOUSE, S.; MORRIS, W.; *et al.* Collaborative practise in forensic science and academia: The development of a documentation strategy for fingerprint examinations in an English fingerprint bureau in the ISO 17025 era. *Science & Justice*, v. 62, n. 3, p. 336-348, mai. 2022. DOI: 10.1016/j.scijus.2022.03.004.

NIEHAVES, B.; PLATTFAUT, R.; BECKER, J. Business process management capabilities in local governments: A multi-method study. *Government Information Quarterly*, [S.l.], v. 30, n. 3, p. 217–225, 2013. DOI: 10.1016/j.giq.2013.03.002. Disponível em: [www.sciencedirect.com](http://www.sciencedirect.com). Acesso em: 20 maio 2025.

NUNES, L. M.; CARNEIRO, I. B.; TURIEL, L. C. F; *et. al.* Análise SWOT como facilitador da gestão estratégica de processos no porto de Vila do Conde. *Brazilian Journal of Production Engineering*, v. 11, n. 1, p. 1–15, jan./mar. 2025. Disponível em: [periodicos.ufes.br](http://periodicos.ufes.br). Acesso em: 5 abr. 2025.

PATINO, C.M.; FERREIRA, J. C. Critérios de inclusão e exclusão em estudos de pesquisa: definições e por que eles importam. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, Brasília, v. 44, n. 2, p. 84–84, 2018. DOI: 10.1590/S1806-37562018000000088. Disponível em: [www.jornaldepneumologia.com.br](http://www.jornaldepneumologia.com.br). Acesso em: 2 maio 2025.

PEROVANO, D. G. Gestão por processos como prática de aperfeiçoamento do planejamento estratégico da Polícia Militar do Paraná. *Revista Científica Multidisciplinar*, v. 4, n. 4, e443027, 2023. Disponível em: [recima21.com.br](http://recima21.com.br)

TREIBER, S. Mapeamento da produção científica em Papiloscopia Forense de 2012 a 2021. *Informação & Informação*, v. 27, n. 3, p. 581–595, 2022. DOI: 10.5433/1981-8920.2022v27n3p581.



## **ANEXOS**

# Mapeamento de Processos para Realização de Trabalhos Científicos em Papiloscopia na Polícia Civil de Goiás: Gestão da Inovação e Conformidade Ética

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa científica intitulada **“Mapeamento de Processos para Realização de Trabalhos Científicos em Papiloscopia na Polícia Civil de Goiás: Gestão da Inovação e Conformidade Ética”**, conduzida por Lais Nogueira Magno, sob orientação da prof<sup>a</sup>. Ma. Raquel Vaz Resende, no âmbito do Curso de Especialização em Gerenciamento de Gestão Pública (CEGESP), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP/GO).

Esta pesquisa foi autorizada pela Delegacia Geral da Polícia Civil do estado de Goiás, conforme Despacho Decisório nº 450/2025/DGPC/GAG/DPA - SEI 202500007033810.

\* Indica uma pergunta obrigatória

---

1. E-mail \*

---

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

O objetivo desta pesquisa é mapear os processos relacionados à realização de trabalhos científicos por papiloscopistas policiais da Polícia Civil do Estado de Goiás, visando propor um fluxograma institucional que promova a conformidade ética, a valorização do conhecimento técnico e o estímulo à inovação na segurança pública. **A escuta dos(as) servidores(as) envolvidos(as) nesse contexto é parte essencial do estudo, buscando compreender suas experiências, desafios e sugestões para o aprimoramento institucional.**

**Sua participação é voluntária, anônima e sigilosa.** O tempo estimado para o preenchimento do formulário é de 2 a 4 minutos. Sua colaboração é essencial para a construção de uma proposta institucional sólida e representativa. Você poderá recusar-se a participar ou desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Os procedimentos adotados nesta pesquisa seguem os critérios éticos definidos pelo Conselho Nacional de Saúde, conforme a Resolução nº 466/2012, garantindo risco mínimo aos participantes, como: cansaço, desconforto ao responder ou insegurança em relação ao conteúdo das perguntas.

**As informações fornecidas serão mantidas sob estrito sigilo, acessadas apenas pela pesquisadora, e os resultados serão divulgados de forma global, sem qualquer identificação individual. A participação não envolve compensação financeira.**

Se desejar, você poderá solicitar acesso aos resultados da pesquisa e a qualquer publicação oriunda do estudo, sem qualquer custo.

### **Pesquisadora Responsável:**

Lais Nogueira Magno

Discente da Especialização em Gerenciamento de Gestão Pública – UEG/SSP-GO

Contato: laismagno.ii@gmail.com

## 2. **Você concorda em participar desta pesquisa? \***

*Marcar apenas uma oval.*

Sim, estou ciente e concordo em participar

Não, prefiro não participar

**3. Você deseja conhecer os resultados desta pesquisa?**

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim, tenho interesse em conhecer os resultados
- Não desejo conhecer os resultados

**4. Qual seu cargo na PCGO? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- Papiloscopista Policial
- Datiloscopista

**5. Qual sua unidade de lotação?**

---

**Atividade científica no trabalho policial**

Nesta etapa do formulário, gostaríamos de saber se você já esteve envolvido com atividade científica dentro da PCGO

**6. Você já desenvolveu algum trabalho científico dentro da PCGO? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

**7. Você publicou/apresentou poster em evento científico? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Em andamento

**8. Você publicou artigo científico em revista? \***

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

**9. Você publicou capítulo de livro? \***

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

**10. Quais dificuldades você enfrentou para realizar sua pesquisa? (Marque todas as que se aplicam) \***

*Marque todas que se aplicam.*

Falta de conhecimento sobre normas acadêmicas

Dificuldade para obter aprovação institucional

Problemas com sigilo de dados

Falta de tempo

Falta de compreensão do fluxo para publicação de um trabalho

Outro

**11. Se marcou a opção "Outro", gostaria de compartilhar quais?**

---

**12. Você cogitou a possibilidade de pedir autorização à Gerência Técnico-Policial para publicação de seu trabalho? \***

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

13. **Caso tenha respondido "Sim" à pergunta anterior, seu trabalho foi submetido à apreciação da Gerência Técnico-Policial?**

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

14. **O trabalho precisou de aprovação de um comitê de ética? \***

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

Não sei

### **Sugestões para Construção do Fluxograma Institucional**

Agora queremos entender melhor os caminhos que você enxerga como ideais, ou necessários, para a formalização dos processos ligados à realização de trabalhos científicos por papiloscopistas. Suas contribuições são fundamentais para que o fluxograma reflita a realidade, respeite as etapas éticas e administrativas e seja útil a todos(as) os(as) colegas da Polícia Civil.

15. **Quais etapas você acredita que devem ser incluídas em um fluxo de pesquisa na PCGO? \***

---

---

---

---

---

16. **Você gostaria de participar da validação do fluxograma quando ele estiver pronto? \***

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

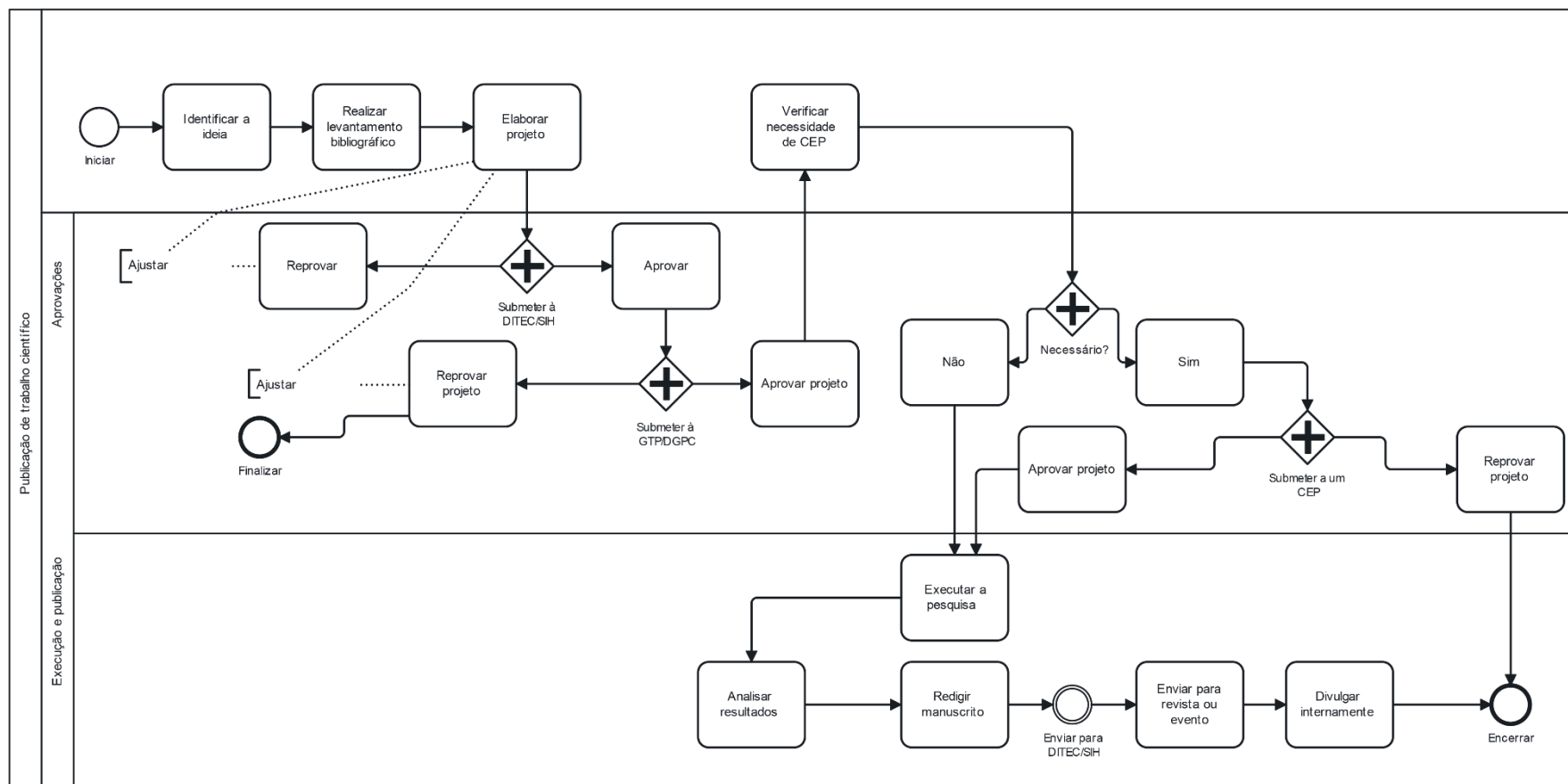
Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

## Google Formulários



## ANEXO II

### Proposta gráfica do fluxograma apresentado a partir do gerenciamento de processos utilizando BPM



Fluxograma do processo de produção de trabalhos científicos por papiloscopistas policiais na PCGO, estruturado em três fases (Início da ideia,, Autorizações e execução e Publicação), seguindo o padrão BPM. O diagrama ilustra as etapas desde a identificação da ideia até a divulgação dos resultados, com decisões e aprovações necessárias ao longo do fluxo.



### **ANEXO III**

#### **Recomendações para implementação de BPM e do Fluxograma no contexto da PCGO**

A produção de um Manual ou Procedimento Operacional Padrão (POP) padronizado é fundamental para uniformizar e orientar as atividades relacionadas à pesquisa científica na instituição. Esse documento deve ser conciso, apresentando um passo-a-passo resumido sobre quem são os responsáveis pela aprovação e os documentos necessários em cada etapa. Além disso, a realização de oficinas de capacitação voltadas para a redação científica básica, formatação de artigos e normas técnicas contribui para o desenvolvimento das competências dos servidores.

A comunicação interna pode ser fortalecida com a criação de uma comissão científica, sugerida como sendo responsabilidade da DITEC/SIH, promovendo a troca de experiências e esclarecimento de dúvidas entre os profissionais. Por fim, o mapeamento formal dos fluxos institucionais deve ser divulgado internamente na SIH, apresentando o fluxograma proposto, para que todos os setores tenham ciência dos processos envolvendo a publicação de trabalhos científicos. Essas ações poderão promover a padronização, a qualidade e a excelência dos serviços.